



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639967 - GO (2021/0012255-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : GILSIANE ALVES DIAS  
**ADVOGADO** : GILSIANE ALVES DIAS - GO035746  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : GILSON NOE DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS HENRIQUE SOUZA BENEVIDES  
**CORRÉU** : FRANCISCO ERNANI ALVINO DE SOUZA  
**CORRÉU** : JOSE ARNALDO REBOUCAS FARIAS FILHO  
**CORRÉU** : IODEYVE JOSE DA SILVA  
**CORRÉU** : CLEBER MOURA PEREIRA  
**CORRÉU** : LUCAS PEREIRA ALBUQUERQUE SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GILSON NOÉ DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS (Apelação Criminal n. 278706-18.2016.8.09.0166).

O paciente foi preso em flagrante em 16/06/2016 pela suposta prática dos delitos previstos no art. 157, §2º, incisos I, II e V c/c art. 14, inciso II e no art. 288, parágrafo único (todos do Código Penal), posteriormente convertida em preventiva.

Em 1ª instância, foi condenado à pena de 7 anos, 9 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, sem direito a recorrer em liberdade. Perante a instância revisora, a sentença foi cassada, mas foi mantida a prisão preventiva.

Sustenta excesso de prazo na prolação de nova sentença, o que caracteriza constrangimento ilegal e justifica a colocação do paciente em liberdade, vez que se encontra preso preventivamente sem que haja trânsito em julgado.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem para que possa aguardar em liberdade a prolação de nova sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o acórdão referente ao julgamento da Apelação Criminal n. 278706-18.2016.8.09.0166 (fls. 13/22) está incompleto na parte do voto do desembargador relator. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão integral referente ao julgamento da Apelação Criminal n. 278706-18.2016.8.09.0166.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência